

## “NÓS VENCEMOS A GUERRA!” HISTÓRIA, MEMÓRIAS E LEITURAS INDÍGENAS DA GUERRA DO PARAGUAI

EDSON SILVA\*

*Resumo:* Os antepassados dos Xukuru do Ororubá, Fulni-ô e Wassú, assim como os de outros povos indígenas no Nordeste, participaram da Guerra do Paraguai. Este texto se propõe a discutir a história e as memórias indígenas sobre a Guerra do Paraguai, situadas nos debates atuais sobre aquele conflito, objetivando contribuir para um maior conhecimento da história indígena no Nordeste contemporâneo.

*Palavras-chave:* Guerra do Paraguai. Índios do Nordeste. Memórias.

*Abstract:* Ancestor of the Xukuru of the Ororubá, Fulni-ô and Wassú, as well as the ones of other aboriginal peoples in the Northeast of Brazil, had participated of the War of Paraguay. In this text we consider them to argue the aboriginal history and memories on the War of Paraguay, situated in the current debates on that conflict, objectifying to contribute for a bigger knowledge of aboriginal history in the Northeast contemporary.

*Keywords:* Paraguay War. Northeast Brazil Indians. Memories.

---

\* Doutor em História Social pela UNICAMP. Professor do Colégio de Aplicação da UFPE. E-mail: <edson.edsilva@gmail.com>; <ororuba@universia.com.br>.

## 1 A Guerra do Paraguai: novas abordagens

O conflito que se convencionou chamar Guerra do Paraguai (1865-1870) vem sendo, nos últimos anos, objeto de vários estudos que, baseados em amplas pesquisas documentais, possibilitaram novas abordagens sobre o confronto armado que sacudiu o Cone Sul no terceiro quartel do século XIX. Nessa perspectiva, foram superados os trabalhos tradicionais que enfatizaram aspectos militares, bem como as biografias de heróis oficiais da guerra. Foi deixado de lado também o enfoque positivista republicano que acusava o Brasil monárquico pelo genocídio imposto ao Paraguai. Assim como foi abandonado o enfoque marxista de fins da década de 1960, que enfatizava um suposto nacionalismo progressista paraguaio e apontou o expansionismo do imperialismo britânico como responsável pela guerra. O conflito passou a ser visto como regional, uma disputa entre os países envolvidos pela hegemonia na região do Prata. (DORATIOTO, 2002, p. 19).

Com os estudos mais recentes foram evidenciados outros aspectos da Guerra do Paraguai. Por meio dos novos enfoques, foram discutidas as formas do recrutamento, a participação negra de escravos e libertos, de mulheres, as imagens (fotografias, pinturas e caricaturas) da guerra, etc. Todavia, ainda foi pouco estudada a dimensão da participação indígena naquele conflito, bem como as narrativas e as memórias dela resultantes.

Nesses novos estudos, as análises sobre o recrutamento são unânimes em apontar que no início do conflito a perspectiva de sua curta duração, somada à imagem construída de uma guerra da civilização moderna contra a “barbárie” paraguaia indígena guarani, que deveria ser derrotada, motivaram o alistamento de muitos para participar no *front* de combates. Todavia, com o prolongamento da guerra e as manifestações de protestos em todas as províncias do Brasil, tornou-se difícil o recrutamento de novos soldados, inclusive com a resistência dos membros da Guarda Nacional convocados. (DORATIOTO, 2002).

Mesmo tendo a libertação de escravos como uma primeira solução para suprir as necessidades de combatentes, com a continuidade do conflito, o Governo Imperial, por meio de decreto, criou e incentivou os corpos de Voluntários da Pátria. Ainda assim, em uma fase crucial da

guerra, quando depois de seguidas derrotas os aliados partiam para batalhas ofensivas decisivas, os entusiasmos patrióticos minguaram e os alistamentos diminuíram. (LUCENA FILHO, 2000, p. 14).

Nesse momento foi usado o velho e conhecido método do recrutamento forçado, que atingiu os membros do partido opositor ao que se encontrava no poder em cada província, os contrários à ordem política e social vigente, os considerados desordeiros, perigosos, os presos e condenados por crimes e principalmente a população pobre, os habitantes das cidades do interior, das zonas rurais, a exemplo dos índios no Nordeste.

Para fugir das perseguições das forças legais, os considerados como potenciais “soldados-voluntários” elaboraram diversas estratégias contra o recrutamento forçado. A análise de fontes documentais, bem como de relatos de memórias indígenas sobre a Guerra do Paraguai, a respeito do recrutamento, da participação e do retorno dos sobreviventes do conflito, nos possibilita evidenciar os significados das elaborações dessas narrativas para a história dos povos indígenas do Nordeste nas reivindicações por seus territórios, por seus direitos.

Após situarmos os aldeamentos de Cimbres, Panema e Urucu, faremos uma reflexão a partir de documentos escritos e fontes orais, as memórias indígenas dos seus atuais habitantes – os Xukuru do Ororubá, os Fulni-ô e os Wassú, respectivamente – sobre a Guerra do Paraguai.

## **2 As aldeias Cimbres, Panema e Urucu no século XIX**

### *Aldeia Cimbres: índios x Câmara Municipal e fazendeiros*

A aldeia Cimbres (atualmente distrito de Pesqueira), situada na serra do Urubá (hoje Ororubá), a 64 léguas do Recife, na comarca do Brejo da Madre de Deus, é citada em 1873, no relatório da comissão nomeada pelo presidente da Província para emitir um parecer a respeito dos aldeamentos, como “uma das maiores propriedades dos índios” em Pernambuco. Suas terras mediam três léguas de comprimento por uma de largura, estendendo-se até o rio Ipojuca. A vila de Cimbres foi referida como estando localizada “em terras dos índios”, correspondendo a mais uma légua de terras. A área da serra foi considerada “excelente” para a agricultura, enquanto a região baixa era propícia para a criação de gado. Consta no relatório ainda que em Cimbres eram realizadas edificações

sem autorização legal e que a reação indígena aos esbulhos de suas terras promovidos pela Câmara Municipal resultavam em conflitos com os Xukuru.

Os índios de Cimbres participaram das milícias formadas pelas facções que disputavam o poder local nas agitações políticas entre 1817 e 1824. Para o pai do barão de Vila Bela, “eles eram violentos, viviam em estado de embriaguês e roubavam gado”. Ele acusava ainda os índios de “terem se insurgido em 1822, opondo-se à eleição de deputados e contrários à Independência do Brasil”. (CARVALHO, 1997, p. 335). Os índios foram também chamados de “realistas” e “absolutistas”, por estar aliados a um fazendeiro e chefe político local conservador, que disputava com outro fazendeiro tido como liberal o cargo de capitão-mor da vila de Cimbres.

A aliança indígena só pode ser entendida a partir da compreensão do contexto e das disputas políticas locais, onde fazendeiros liberais que aderiram ao movimento da Independência eram vereadores na Câmara de Cimbres e votaram pela extinção do aldeamento. Assim, “o absolutismo indígena era, portanto, uma metáfora para sua oposição a um grupo de senhores de terra, aliados das facções constitucionalistas urbanas, ditos ‘patriotas’, que aproveitaram o momento da queda do aparato jurídico-burocrático colonial para esbulhar a aldeia.” (CARVALHO, 1997, p. 338).

Após a Independência, vitória política dos liberais que coincidiu com a morte natural do fazendeiro aliado indígena, seguiram-se as perseguições aos índios, com mortes e fugas de muitos para um aldeamento em Palmeira dos Índios (Alagoas). Os fazendeiros-veredores, há muito invasores das terras indígenas, aproveitaram a ocasião. A Câmara de Cimbres, em 1829, “alegando que 200 famílias da aldeia, em 1824, eram apenas 30 a 40, em 1829, requeriam que as terras dos índios fossem incorporadas ao patrimônio da Câmara.” (CARVALHO, 1997, p. 338).

Os índios retornaram a Cimbres em 1830 e as disputas com a Câmara Municipal e fazendeiros continuaram pelos anos seguintes. A memória dos acontecimentos políticos alimentava o medo que se tinha dos índios, como revelava em 1853 o diretor geral dos Índios – em resposta a correspondência do diretor parcial em Cimbres pedindo

ferramentas agrícolas para distribuição naquela aldeia –, expressando preocupação com o apaziguamento dos indígenas, “todos amestrados na guerra, e com quanto acabaram de dar provas de sua lealdade ao Governo, tem alguns descontentes exaltado suas paixões”<sup>1</sup>. A autoridade provincial preocupava-se ainda em garantir a ordem no aldeamento, com um novo diretor parcial, um oficial reformado que estimularia os índios “à lavoira” e os salvaria “das seduções deturbulentes [sic]”.<sup>2</sup>

O maioral de Cimbres reclamou pouco tempo depois da falta das ditas ferramentas, possivelmente prometidas pelo diretor parcial, e também que as lavouras na serra do Urubá estavam sendo invadidas: “os gados no verão sobem a serra, e estragão as lavoiras, e os criadores recuzão fazer travessõens de serca, para evitar a subida dos gados”. Lemos ainda no mesmo documento que diante das reclamações, a Providência da Província não só reconheceu os direitos, como acentuou a importância da grande produção dos indígenas para o abastecimento daquela região, e ordenou ao delegado de polícia de Cimbres que obrigasse os criadores a fazer as cercas ou retirar o gado dos lugares cultiváveis, “terreno que sempre foi destinado a plantaçõens, e que por sua extraordinária produção pode fazer a abundancia de viveres naquele Certão”.<sup>3</sup>

Os limites das terras do aldeamento foram objeto de uma longa discussão quando em 1862 a Câmara de Cimbres e a Diretoria Geral dos Índios chegaram a um acordo. Todavia, o conflito permaneceu, e aumentaram as pressões sobre o aldeamento de Cimbres. Um “Aviso” de 1863, enviado pelo Ministério da Agricultura, autorizou à Presidência da Província o aforamento das terras indígenas.<sup>4</sup>

Atendendo às repetidas solicitações da Câmara de Cimbres de terras para o patrimônio municipal, em 1879 o presidente da Província, por ordem do Governo Imperial, decretou a extinção do aldeamento de Cimbres, favorecendo os fazendeiros, representantes da oligarquia política local, muitos deles vereadores há anos encastelados na Câmara. Vitória dos fazendeiros?! Aonde foram parar os índios?! Quem eram os chamados “caboclos do Urubá”?!

### *Aldeia Ipanema: perseguições, conflitos e mobilizações indígenas*

Os conflitos entre os índios de Panema ou Ipanema e fazendeiros invasores das terras indígenas também se acentuaram na década de 1860,

mas havia um medo em relação aos índios, na medida em que eles fossem expulsos de suas terras. O diretor geral dos Índios, em uma longa correspondência em 1861 ao presidente da Província, após discorrer sobre a situação de conflitos agravada por um tiroteio durante o período eleitoral, alertava a autoridade provincial sobre o perigo diante da possibilidade de extinção da aldeia, afirmando: “Um número não pequeno de indivíduos, pouco afeitos aos hábitos de trabalho e de civilização, despedidos de repente de suas habitações, pode tornar-se incommodo à diferentes localidades, assaltando as propriedades e pessoas dos seus habitantes.”<sup>5</sup>

As perseguições aos índios aumentaram. Quando tocaram fogo nas casas indígenas, eles buscaram o apoio local para denunciar o ato às autoridades provinciais e também ao Governo Imperial. Assim, o capitão da aldeia de Ipanema, João Correa Caboré, solicitou em 1864 que o vigário da freguesia de Águas Belas lhe atestasse que o diretor parcial, juntamente com um alferes local, foram os responsáveis pela queima das moradias indígenas, que este último usara a palmatória contra alguns índios e que o diretor arrendara as terras indígenas e recebia os foros. Os índios conseguiram o “Atestado” do vigário confirmando suas denúncias e reclamações.<sup>6</sup>

Diversos diretores parciais foram nomeados para a aldeia Panema. A rotatividade de ocupantes no cargo esteve relacionada à conivência com as invasões das terras e perseguições aos índios, contribuindo assim para o acirramento dos conflitos. Os aldeados em Panema recorreram por diversas vezes às autoridades provinciais denunciando os desmandos, exigindo seus direitos e solicitando a demissão dos diretores favoráveis aos invasores de suas terras.

Com um requerimento acompanhado de um abaixo-assinado, o líder da aldeia de Ipanema se dirigiu ao presidente da Província solicitando a demissão do diretor parcial, acusando-o de estar, juntamente com seus familiares, perseguindo os índios para expulsá-los de suas terras, proibindo-os de caçar e pescar em seu território e usando de outras “arbitrariedades contra os indígenas”.<sup>7</sup> Os invasores contavam com o apoio da polícia, que acusava os índios de insubordinados e perturbadores da ordem pública.

Os índios confrontaram-se com uma patrulha policial após a prisão do maioral Francisco Gomes da Silva e o cerco da aldeia de Panema. Um indígena idoso reagiu: “cercarão um índio velho de nome Manoel Alves se opôs com uma tropa digo uma faca a querer brigar com a patrulha e ahi foi vítima com três tiros e a mulher sahio baliada”. No saldo do confronto “com a patrulha sahirão ainda quatro feridos”. Também do lado das tropas legais, “um Inspector cercando a casa de um índio quando foi falando recebeu um tiro de dentro de casa porem não se sabe quem foi supõe-se que foi um índio”.<sup>8</sup>

Ao relatar o conflito no ofício enviado ao presidente da Província, o maioral reafirmava as perseguições, sua prisão e de mais outros índios: “ultimamente incendiarão três casas dos índios, e se achão presos vinte e oito e eu me accho preso algemado com outro índio encangado e sofrendo até não sei quando”.<sup>9</sup> Diante desse contexto temos que questionar a veracidade da informação do “abandono das terras e a dispersão dos índios”, que fornecia em 1869 o diretor geral interino dos Índios ao nomear um novo diretor parcial para a Aldeia Panema.<sup>10</sup>

#### *A aldeia Urucu: disputas com senhores de engenhos*

As origens da aldeia Urucu, chamada atualmente Cocal, onde moram os índios Wassú, assim como das vizinhas aldeias de Escada (PE) e de Jacuípe (AL), remontam ao período final dos combates aos quilombolas de Palmares. Esses aldeamentos foram fundados em terras doadas pela Coroa portuguesa como recompensa aos índios pela participação nas forças coloniais que destruíram o reduto palmarino. As aldeias foram formadas por índios de antigas missões franciscanas, nas regiões próximas no litoral sul dos atuais estados de Alagoas e Pernambuco, e também por índios que vieram da Paraíba acompanhando as tropas de Domingos Jorge Velho, que estava combatendo os índios na chamada “Guerra dos Bárbaros”, no Açu (RN), quando foi convocado para deslocar-se para guerrear contra os Quilombos dos Palmares. (SILVA, 1995).

Um relatório oficial de 1856 sobre as aldeias indígenas em Alagoas informava que a aldeia Urucu era titulada em quatro léguas de terras em quadro, doadas “não só aos índios, como aos soldados, que sob o comando do Mestre de Campo Jorge Velho, auxiliarão aqueles na

conquista dos negros de Palmares”.<sup>11</sup> A aldeia estava localizada em uma região coberta de matas virgens e com terras bastante irrigadas, banhada por rios caudalosos e vários riachos afluentes.

As terras férteis onde se encontrava a aldeia Urucu eram motivo das invasões dos senhores de engenho, como registrava o presidente da Província de Alagoas em 1870, no seu Relatório à Assembléia Provincial: “Acha-se esta aldeia situada à margem esquerda do rio Mundaú, sete léguas distante da capital, e próxima a florescente povoação de Nossa Senhora da Graça do Murircí. Seu território cheio de muitos engenhos de fabricar assucar, além de muitas plantações de algodão, solo mui fértil, continua em aumento.” (Apud ANTUNES, 1985, p. 17).

Segundo outra versão que aparece em documentos oficiais, a aldeia teria sido constituída durante a Guerra dos Cabanos (1831-35), por índios vindos das aldeias de Barreiros e Jacuípe. Por meio de registros históricos temos conhecimento de que os índios das aldeias situadas na região estiveram envolvidos tanto no lado dos cabanos como no das tropas legais que combateram aqueles revoltosos, que possuíam acampamentos nas matas do Tombo Real, localizadas entre essas aldeias. (SILVA, 1995; LINDOSO, 2005).

Nessa mesma linha, o jornal *Correio de Alagoas* informava em 1905 que o aldeamento do Cocal situava-se “à margem esquerda do Rio Camaragibe, a 5 léguas de Leopoldina, no Passo de Camaragibe, e foi fundado durante a Rebelião de Panellas de Miranda (uma alusão à Cabanada) por alguns índios emigrados de Barreiros e Jacuype.” (Apud ANTUNES, 1985, p. 20).

O intenso fluxo de combatentes durante a Cabanada deve ter influenciado a composição do contingente populacional das aldeias localizadas nas proximidades. Historicamente os índios das aldeias de Escada e Jacuípe sempre foram chamados pelo Estado para atuar como guardiões contra o roubo de madeiras das matas, como também para evitar as fugas ou procurar escravos negros e criminosos que lá buscavam refúgio. Além disso, finda a Cabanada, o Governo Imperial fundou duas colônias militares, como forma de manter o controle estratégico geopolítico na região. Essas colônias estavam situadas na fronteira entre as duas províncias, uma em cada lado, Leopoldina (AL) e Pimenteiras (PE), e foram instaladas em terras dos aldeamentos oficialmente

declarados extintos (SILVA, 1995). Essas colônias não prosperaram, sendo um dos motivos o recrutamento de seus moradores para a Guerra do Paraguai (NASCIMENTO, 1977, p. 87).

A extinção do aldeamento com a medição de suas terras foi solicitada em 1860. Naquele mesmo ano o diretor geral dos Índios informava ao presidente da Província que ele arrendara as terras indígenas com o consentimento dos índios – o que é pouco provável. Dizia o diretor:

*Essas terras são de propriedade dos índios, que estão por mim arrendadas a três annos ao Comendador Dr. Manoel Rodrigues Leite e Oiticica, por Escritura Pública e que nenhuma dúvida resta pertencer ellas aos índios como de seos títulos se evidencia alem das provas, as mais irrevogáveis por isso eu e os índios pedimos a V. Excia. A justiça, e proteção ao Governo para que seja demarcada já a Aldeia urucu para de uma vez se desenganar o Sr. Capitão José Marinho e outros intrusos proprietários mercadores na sobredita Aldeia, esse direito num lhes assiste para assenhoarem-se a posse de terrenos dos índios e desfrutando com graves injurias dos mesmos índios. (Apud ANTUNES, 1985, p. 38).*

Após a declaração oficial da extinção dos aldeamentos em Alagoas em 1872, seguiu-se o processo de medição e demarcação das terras. Em 1876 o responsável pelas medições das terras do aldeamento encaminhava à Presidência da Província uma “Relação de rendeiros existentes na Sesmaria Urucú”, onde são citados 32 nomes, acompanhados pelos valores atrasados e não pagos dos arrendamentos.<sup>12</sup> O processo de demarcação, à semelhança do que ocorreu em outros lugares, como na aldeia de Escada (PE), favoreceu os tradicionais invasores do território indígena com o reconhecimento de suas posses, que passaram a ser consideradas legítimas. Aos índios foram destinados, conforme previsto em lei, uns poucos lotes individuais, de diferentes tamanhos para casados e solteiros. A outros índios restava trabalhar para os senhores de engenho em suas próprias terras ou migrar, dispersando-se pela região.

### 3 Militarização e recrutamento indígena

O recrutamento indígena e a militarização das aldeias foi uma prática recorrente na história do Brasil. As aldeias indígenas, além de constituírem reserva de mão-de-obra, foram tidas também pelo poder político oficial como local de recrutamento, para formação de tropas nas guerras contra outros povos considerados hostis à Coroa, nos combates a quilombolas, a movimentos contrários à ordem estabelecida pelo Estado ou pelo grupo político no poder. Assim, a militarização indígena, ocorrida desde os primeiros tempos da colonização, representou também uma fonte de demonstração de poder nas disputas locais.

Porém, os indígenas não foram passivos nessa condição, não aceitaram o recrutamento simplesmente como uma atitude colaboracionista, de uma aliança com o poder vigente. Temos que perceber como esse recrutamento foi lido a partir da ótica dos indígenas. Em qual contexto ocorreu o recrutamento? Como essa participação em milícias armadas a serviço do Estado ou de um chefe político local serviu de barganha para os interesses indígenas?

Na documentação da Diretoria dos Índios em Pernambuco encontramos diversos ofícios que se referem ao processo de recrutamento de índios para a Guerra do Paraguai. É clara a truculência empregada pelos diretores das aldeias no alistamento forçado dos índios como Voluntários da Pátria. As justificativas se referem sempre à manutenção da ordem e da paz nas aldeias, a exemplo da punição para acusados ou envolvidos em assassinatos. Em 1865, o diretor parcial da aldeia de Barreiros comunicava ao presidente da Província estar enviando dez e não 15 recrutas e, diante da recusa de índios em se alistarem como “voluntários”, afirmava: “Se V. Ex<sup>a</sup>. o determinar, mandarei recrutá-los.”<sup>13</sup>

Encontramos acompanhando um ofício datado de 1865 uma relação com nomes de 82 índios “Voluntários da Pátria” da aldeia de Cimbres, onde habitam atualmente os Xukuru do Ororubá, em Pernambuco. Informa ainda o documento que os alistados estavam deixando seus soldos em consignação para suas famílias.<sup>14</sup> Porém, o recrutamento, que aparece como uma ação tranqüila, é desmascarado na leitura de um ofício do ano seguinte, enviado ao presidente da Província pelo diretor geral dos Índios, com a queixa de um índio de uma numerosa

família, pedindo dispensa de dois filhos seus que “forão forçados a se alistar como Voluntários da Pátria”<sup>15</sup>.

Os aldeados em Cimbres procuraram por diversos meios se livrar do recrutamento obrigatório, como é o caso do índio José Carneiro da Cunha, que em 1865 conseguiu de seis moradores de Olho d’Água declarações reconhecidas em cartório atestando ser o seu filho Laurentino José Carneiro portador de gota, doença que o impedia de ser recrutado.<sup>16</sup> Posteriormente, Laurentino, através de um requerimento, pediu e recebeu do tenente Joaquim Almeida de Carvalho, diretor do aldeamento de Cimbres, um “Atestado”, também reconhecido em cartório, confirmando a condição de índio do solicitante, documento que informava, ainda, que os índios não eram “sujeitos a recrutamento.”

O índio Laurentino, “a fim de pedir dispensa do serviço para o qual foi designado”, tendo sido “detido na Vila de São Bento”, dirige outra vez um requerimento ao diretor de Cimbres, justificando seu pedido “por ser índio e não ser qualificado”. Atendendo à solicitação, o diretor, por meio de um “Atestado”, confirmou a residência de Laurentino na aldeia de Cimbres, afirmando ainda que ele não teria condições para compor as tropas da Província a serem enviadas à Guerra do Paraguai.<sup>17</sup> Possivelmente a documentação do índio Laurentino foi ignorada pelas autoridades, e por essa razão seu pai, afirmando ser um agricultor sexagenário com dificuldades de trabalhar, enviou um requerimento ao presidente da Província, pedindo a liberdade do filho, que era “o responsável pelo sustento da família”, pois com o seu recrutamento ficaria difícil para seus familiares aldeados em Cimbres sobreviver sem a sua ajuda.<sup>18</sup>

O desamparo em que se encontravam em 1866 as famílias dos índios de Alagoas enviados para a Guerra do Paraguai era motivo de recusa dos novos voluntários. Informava o diretor geral dos Índios que escrevera aos diretores das aldeias com uma “ordem de recrutamento dos índios que estiverem ao seu alcance”.<sup>19</sup> Em outra correspondência ao presidente da Província, insistia o diretor geral na necessidade de pagar os vencimentos às famílias, pois sem a vantagem pecuniária quarenta índios da Aldeia de Jacuípe que atenderam à convocação para o recrutamento “esfriarão todos”.<sup>20</sup>

Muitas foram as formas de resistência ao recrutamento que ameaçaram a ordem social vigente: fugas para se esconder nas matas ou o desaparecimento do seu local de moradia, deserções de tropas já formadas, declarações de doenças, casamentos até com mulheres mais velhas, homens que se vestiam de mulher, ataques de grupos armados às forças legais que traziam recrutados à força para a capital, ataques a cadeias do interior libertando os presos a serem enviados como soldados para a guerra, rebeliões, etc. (DORATIOTO, 2002, p. 264-265; LUCENA FILHO, 2000, p. 97-128).

É necessário desconstruir imagens até então sedimentadas sobre a história e esses povos. Os novos estudos são pautados por outras preocupações, “importa recuperar o sujeito histórico que agia (age) de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam.” (MONTEIRO, 1999, p. 248).

Faz-se necessário ainda ter presente as observações de Thompson sobre cultura:

*[...] não podemos esquecer que ‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração é o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e do trabalho. (THOMPSON, 1998, p. 22).*

Entendemos que só a partir dessas observações é possível compreender o sentido que os povos indígenas deram à militarização e ao recrutamento, nos diferentes contextos e situações de alianças políticas, no tabuleiro do jogo das relações de poder, da ordem social vigente.

Entre os índios *Xukuru* do Ororubá da cidade de Pesqueira, os *Fulni-ô* (anteriormente conhecidos como *Carnijós*) de Águas Belas,

ambos no interior de Pernambuco, e os atuais *Wassu* de Jacuípe, em Alagoas, encontramos muitos relatos orais, memórias sobre a Guerra do Paraguai. Seleccionamos aqui, para a nossa discussão, apenas alguns trechos desses relatos.

#### 4 Memórias indígenas sobre a Guerra do Paraguai

*Memórias Xukuru: a bravura de Maria Coragem e dos “30 do Ororubá”*

Sabe-se que diversas mulheres, prostitutas, esposas e seus filhos menores acompanhavam seus maridos-soldados na Guerra do Paraguai. Mulheres que seguiam as tropas e “não tinham medo de coisa alguma”, e nas frentes de batalhas ora socorriam os feridos improvisando ataduras com suas próprias vestes, ora combatiam ao lado dos homens. (CERQUEIRA, 1980, p. 300). O povo Xukuru do Ororubá, dentre os vários relatos acerca da Guerra, falam sobre “Maria Coragem”, uma índia que se destacou nos campos de batalha: “[...] foi Coragem, uma mulher chamada Coragem, porque o nome dela não era coragem, chamaram depois que ela foi para a Guerra, pela coragem dela.”<sup>21</sup>

Nas narrativas dos Xukuru são também lembrados enfaticamente “os 30 do Ororubá”, combatentes que se destacaram em uma das batalhas:

*Eu ouvi falar assim, é uma história nossa que nós temos dizendo que os Xukuru foram para a Guerra do Paraguai brigarem. Foram 30, morreram 12, voltaram 18. Então eu ouvi falar, então foi os índios do Brejinho, não lembro nem aonde mora, nem o nome deles. Eles são da família dos Nascimento, lá na Aldeia Brejinho. E foi mais uns outros de outras aldeias Xukuru, e foi uma índia chamada Maria Coragem também.*<sup>22</sup>

O mesmo narrador fala sobre os chamados “bravos” do Ororubá,

*E lá eles brigaram na Guerra... Aí levaram a bandeira... e pediram para eles irem buscar. Então, eles foram, eles já tinham passado... e eles chegaram na beira do rio, e eles já tinham atravessado o rio, eles entraram no mato, cortaram madeira, cortaram cipó, fizeram um barco, foram lá, cortaram tudo de facão e trouxeram a bandeira para a Princesa Isabel.*<sup>23</sup>

A respeito do episódio relatado acima, um pesquisador escreveu que o fato ocorreu durante a Batalha de Tuiuti, um dos maiores embates da Guerra do Paraguai:

*O inimigo arrebatou a bandeira do '30 de Voluntários', batalhão integrado pelos nossos índios xukurus. O Comandante, Ten. Cel. Apolônio Peres Cavalcanti Jácome da Gama, em assomo de desapontamento, bradou para os seus soldados (os nossos índios) que retomassem a bandeira e pouco depois a companhia de guerra que partira no cumprimento da ordem, regressava reduzida a 10 ou 12 homens trazendo o nosso pavilhão a despeito de quase transformado em farrapos. (MACIEL, 1980, p. 116).*

Os Xukuru relatam também que os seus antepassados voltaram com condecorações da Guerra do Paraguai: “[...] o Irmão da Hora trouxe um terno, de reis. Digo porque o terno eu vi, de coroa, galão e tudo. Porque ganhou esse prêmio Irmão da Hora, Antonio Molecão e Antonio Tavarinho.”<sup>24</sup> Em seus relatos, os Xukuru falam ainda de quepes, medalhas, espadas, “diplomas da Guerra”, roupas e outros adereços militares, além dos “títulos de terra”, trazidos por seus antepassados que retornaram da Guerra.

Autores destacam o “heroísmo” do cabo Zeferino da Rocha, morador do “Sítio Goiabeira no alto da Serra [do Ororubá]”, veterano da Guerra do Paraguai, membro do “Trinta de Voluntários”, composto de índios xukurus, “todos condecorados depois com medalhas de Guerra e Bravura”. (BARBALHO, 1977, p. 71; WILSON, 1980, p. 42).

*Fulni-ô: memórias sobre o recrutamento forçado para a Guerra do Paraguai*

O índio fulni-ô Elpídio de Matos, aos 88 anos, relatou o que ouviu dos seus antepassados sobre a Guerra: “A Guerra do Paraguai eu ouvia dizer que foi uma guerra que era para se acabar mesmo. Foi cinquenta e tantos índios... tudo foi morto lá. Meu avô foi para a Guerra do Paraguai. A história era contada pelos que voltaram. Meu avô não voltou, morreu.”<sup>25</sup>

Sobre o recrutamento, Elpídio em sua narrativa confirmou o que aparece na documentação escrita: “Os índios daqui, eles foram a pulso! Eles foram a pulso para essa tal da Guerra do Paraguai. Quem não queria ir, foi um puxão, eles foram na marra. Pegaram a pulso. E foi uma porção de gente dessa cidade também, foi pobre e rico.” Nosso entrevistado discorreu sobre o que ouviu a respeito de um momento do recrutamento na aldeia Panema (Águas Belas):

*Eles contavam que chegaram uns coronéis em Águas Belas e foram até a aldeia onde eles estavam e fizeram proposta. O representante do governo do Estado estava ali naquele dia e que eles queriam ser recepcionado pelos índios, com a dança deles. “Vocês chamam os mais fortes, os índios adultos e... que a gente vai ajudar vocês... nós estamos sabendo que vocês estão passando por muitas dificuldades... a gente não sabia que existia índios aqui... e nós viemos ver como é que vocês estão... para o governo ajudar e isso é uma oportunidade, vocês vão apresentar a dança.” Ai fizeram uma festa. Convidaram os índios para irem dançar em frente a delegacia, onde estavam os coronéis. E ali o Pajé, o nome dele era Gabriel, tinha até o apelido de café, em português. Quando eles convidaram, ele não sentiu a traição...<sup>26</sup>*

Em seu relato, Elpídio descreveu as estratégias indígenas contra a prisão para o recrutamento à força:

*Ele sentiu aquilo como verdade. Só que quando ele percebeu, era um pouco tarde. Ele já percebeu na segunda volta da recepção, porque chama-se de volta, primeira volta, segunda volta, terceira volta... Na primeira volta do Toré, eles recepcionaram os coronéis, o pessoal que estava lá. No cântico de entrada, no cântico de entrada o Pajé percebeu: “Nós estamos sendo traídos.” Falou no Yathê: “Fujam!”... Porque nessas altura já tinham soldados com cordas para amarrá-los. “Fujam! O único meio de vocês não serem pegos é vocês vestirem as saias das mulheres, para eles confundirem vocês com as mulheres e não levarem todos os homens.” Uns cinco conseguiram, mas eram mais novo. Os adultos, quase todos foram pegos. E ele, no primeiro cântico de entrada*

*do Toré, ele sentiu. Quando os índios se posicionaram para começar a dançar... ele sentiu a traição do branco. Eles já estavam com corda, tudo amarrado, tinham armas e os índios não tinham armas. Se eles não se entregassem, eles iam ter que morrer; e não morreria só homens; ia morrer mulher, ia morrer criança, ia morrer todo mundo... Porque na hora que eles foram recepcionar, todo mundo acompanhou... as mulheres, as moças, as meninas... acompanharam. Só que a proposta deles era “leve os homens mais fortes”, entendeu? “os guerreiros para dançar...”. Eles começaram a correr.<sup>27</sup>*

Segundo Elpidio, os atuais Fulni-ô guardam em seus cantos rituais a memória desse momento:

*Existe o fundo musical no Toré, na história, a melodia que expressa o chororô das mulheres... “O que foi que nós fizemos, para que será? Onde é que meu esposo vai? Para onde é que meu filho vai? Para onde é que meu neto vai?” As velhas ficaram chorando, sem saber realmente para onde eles iam. Só que o Pajé, na época, intuitivamente tinha sentido... que eles iam morrer, eles não iam voltar.<sup>28</sup>*

*Wassú: capitão Salazar, comandante na Guerra do Paraguai*

Os índios da aldeia Urucu e os das demais aldeias próximas, como dito anteriormente, foram recrutados para milícias públicas. Na documentação sobre a aldeia Urucu é citada várias vezes o capitão Antônio Salazar como uma espécie de comandante das tropas indígenas. Em 1860 Antônio Salazar se dirigiu ao presidente da Província, “lembrando da marcha que fis com os meos subalternos a S.M.I.”, para pedir víveres no retorno de sua gente à aldeia, como explicou, “a fim de retirar a minha gente o que não terem o que posão comer em caminho, para V. Excia. abonar alguns víveres que dê para a viagem”.<sup>29</sup>

Finda a Cabanada, o Estado temia os índios que continuaram armados, após terem participado nos combates aos revoltosos cabanos. A preocupação está registrada em um documento que faz referência à exigência de devolução do armamento em poder de Salazar e dos índios por ele liderados: “mandei ao Cocal, exigir do capitão dos Índios Antonio

de Souza Salazar o armamento nacional, que tenha em seu poder, responde-me este, que não entregava”.<sup>30</sup>

O medo dos índios armados estava relacionado a acontecimentos passados e contemporâneos, como expressa o diretor dos Índios de Cocal no mesmo documento:

*o animo deliberado em que se achão aquelles índios de conservar em seu poder o armamento para fins sinistros, como muitas vezes tem dado provas, bem como no anno de 1848 que veio em seu séqüito a hum sitio deste Engenho denominado cachoeira e roubou a dois portugueses, e caso bem resente de ter elle e seu coito na parada União assassinado publicamente nas ruas da povoação de Camaragibe, a hum soldado do Tenente Coronel José Ignácio de Mendonça.*<sup>31</sup>

A desobediência dos índios de Cocal ao inspetor de quartelão (autoridade policial local) fez com que o subdelegado acusasse Antonio Salazar e os índios do aldeamento, “neste distrito de Soledade no qual compreende huma Aldeia denominada Cocal, esta composta de gente de diferentes coalidades, e muito poucos índios, e como fôce o pior lugar destas mattas”.<sup>32</sup> Porém, o diretor geral dos índios enviou à Presidência da Província um officio defendendo os índios e o capitão Salazar, questionando as perseguições do subdelegado e lembrando que eles sempre colaboraram com as autoridades policiais, exaltando “os serviços prestados por este Capitão aquella delegacia (Camaragibe)”, sendo Salazar o responsável pela proteção das matas contra o roubo de madeiras. E afirmava ainda o diretor que os índios “são os indivíduos mais promptos em cumprirem os deveres do Governo”, ressaltando “a convicção que tenho de serem elles, os súbditos mais fieis da Coroa e ao Governo”.<sup>33</sup>

Em Alagoas, assim como os Wassú, índios de várias aldeias foram também recrutados para o trabalho em obras públicas como a abertura de canais, obras de saneamento e aterros de mangues em Maceió. Em um officio que acompanhava uma lista de desertores, informava o diretor geral dos Índios: “Os lotes de índios que por ultimo disertaram, do Cocal ahinda não tinham chegado á Aldeia até a sahida da Companhia. Já dei ordens para recrutar os solteiros, e remeter os casados presos tanto para darem conta dos cavallos, como a serem congregados ao trabalho.”<sup>34</sup> As péssimas condições de trabalho, inclusive com a morte de alguns índios,

provocaram fugas de outros, xukurus-kariris de Palmeira dos Índios e wassús. (ANTUNES, 1984).

Em um depoimento recente, a partir de suas lembranças, o índio Wassú conhecido por Seu Zuca fez uma leitura sobre a Guerra do Paraguai e o Capitão Salazar:

*Outra coisa que eu tô alebrando também foi a Guerra do Paraguais. Essa Guerra de Paraguais que houve daqui e de todo as aldeias, os povo de índios. E esses povo de índio que foram desse Capitão Salazar, foram com outras entidades que eram guerreros tamén. Ele voltou como capitão da Guerra do Paraguai. Ele sabia com o batalhão dele. Quando ele recuava e ele sempre dizia “ninguém vai na minha frente”. Aquela turma era sempre atrás dele. Ele só recebia aquelas pancada de bala e nenhuma atingia ele. Quando era de noite, ele juntava com o povo dele, botava aquelas erva do mato, só por causa do sangue pisado. A bala não entrava nele. Só perdeu um guerrero porque ele foi à frente. Quando entrou na frente dela, a bala atingiu ele. Tudo que tava por trás dele, nenhuma bala foi atingida. (Apud PEREIRA, 2005, p. 7).*

Os índios das aldeias Jacuípe e Cocal participaram da Guerra, como afirmava o diretor geral dos Índios em Alagoas, quando reconheceu o direito das famílias dos voluntários aos vencimentos: “Eles tem direito a vencimentos de duzentos reis diários que concede a Lei provincial do ano passado próximo às famílias dos voluntários.” (Apud ANTUNES, 1985, p. 6-7).

As memórias sobre a participação indígena na Guerra do Paraguai e sobre o capitão Salazar são constantemente associadas e evocadas pelos Wassú para reafirmar seus direitos às suas terras, a exemplo das entrevistas realizadas em 1978 pelo antropólogo Clóvis Antunes, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com Manuel Honório da Silva, que se declarava líder do povo indígena “porque recebeu ordens de seu avô, José Tomás Marques Flores, e este, por sua vez, recebeu ordens do Capitão Salazar para aconselhar o grupo”. O pesquisador registrou que Manuel falou com entusiasmo do Capitão Salazar: “Era um capitão temido. Foi para a Guerra do Paraguai, e quando voltou, recebeu do

Imperador Dom Pedro II quatro léguas de terra em quadro para sua tribo cuidar da roça.” (Apud ANTUNES, 1985, p. 6).

A vinculação do direito às terras como recompensa recebida do imperador pela participação na Guerra do Paraguai também é evocada por outros povos indígenas no Nordeste, a exemplo dos Xukuru do Ororubá (Pesqueira/PE) e Fulni-ô (Águas Belas/PE). Nestes dois povos os mais velhos contam que seus antepassados “venceram a Guerra”, e que por esse motivo herdaram as terras em que vivem por direito, pelo “sangue derramado” dos antepassados nos combates naquela Guerra. (SILVA, 2005).

O líder Manuel Honório, em uma longa reportagem publicada pela *Imprensa Universitária* (UFAL), em 1979, frente às invasões do território indígena, reafirmava o direito à terra como herança da recompensa pela participação na Guerra do Paraguai: “A terra era de todos os índios como agora está meia légua de terra é de todo mundo que mora aqui. O Imperador Dom Pedro II deu de presente aos índios para seus netos e bisnetos, 4 léguas em quadro, aos índios que se alistavam na brigada de Guerra do Paraguai. Agora só existe uma meia légua de terra. Os homens brancos tomaram tudo.” (Apud ANTUNES, 1985, p. 10).

Como constatou a citada matéria, a memória sobre o capitão Salazar foi também acionada:

*O capitão Salazar está ainda na memória dos mais velhos do aldeamento do Cocal. A cabocla Dolores de Oliveira Freitas afirmou: – “O índio mais velho que recebeu terras do Imperador Dom Pedro II foi o Capitão Salazar; participou da brigada na Guerra do Paraguai. Ele era o chefe dos índios do Cocal. O Rei deu de presente como prêmio, as terras da Aldeia de Cocal porque os índios participaram da Guerra do Paraguai.” (Apud ANTUNES, 1985, p. 10).*

O texto jornalístico trouxe mais um depoimento em que outro indígena faz a sua leitura sobre o mesmo tema:

*E José Manuel de Souza, apelidado de ‘Seu Paulo’, com 50 anos de idade e sete filhos, confirmou: “O Capitão*

*Salazar de Souza, o chefe dos índios de Cocal, ficou por aqui porque Dom Pedro II achou que ele podia ficar. Quando o Rei esteve em perigo, juntamente com o Marechal Deodoro da Fonseca, chamou ele os índios a atenção para ir a Guerra Salazar pegou a fita de Capitão e foi para a brigada lutar na Guerra do Paraguai. Foram 14 índios para a Guerra do Paraguai e duas mulheres. Uma das mulheres chamava-se Puco-Puco e a outra Lambu. Tem esses nomes porque índio antigamente não tinha nome certo. Eles tinham nome de bicho do mato. Morreu na Guerra somente um índio.” (Apud ANTUNES, 1985, p. 10).*

## 5 História, memórias e identidade

Quais os significados que os atuais indígenas no Nordeste dão à participação de seus antepassados na Guerra do Paraguai? Sabe-se que finda a Guerra o Governo Imperial, como recompensa, além de honrarias militares, destinou lotes de terras aos ex-combatentes. Que leituras sobre as recompensas que seus antepassados receberam por participar na Guerra fazem os índios que desde o último quartel do século XIX enfrentam conflitos com tradicionais latifundiários invasores das terras indígenas, muitos deles descendentes de vereadores encastelados nas câmaras municipais que solicitavam insistentemente aos governos provinciais e ao Governo Imperial as terras dos antigos aldeamentos?

Os trechos de alguns depoimentos nos dão uma idéia dessas leituras e seus significados. O fulni-ô Elpídio afirmava:

*Aqui foi dado com o Rei, foi o sangue que os nossos troncos derramaram numa guerra que o senhor tem visto falar, Guerra do Paraguai. Nisso aí morreu vinte e tantos índios já nessa Guerra. Então o Rei queria dar uma quantidade de dinheiro, muito, pelo sangue que derramaram. Aí dizem que a Princesa Isabel, que era a mulher senhora dele, desse Rei, disse prá ele “Não! Por dinheiro não, que o dinheiro se acaba. Agora vamos dá um terreno prá eles”... disse que está escrito com tinta de ouro, essa assinatura que a Princesa Isabel assinou. E de lá prá cá tomemos orgulho e graças a Deus a gente vive e eles não tomam mais não!<sup>35</sup>*

Entre os Xukuru encontramos relatos semelhantes:

*Chamavam o número Trinta dos Voluntários. Chama os Trinta dos Voluntários porque foram pro Paraguai, lutaram na guerra lá, venceram... mas quando veio de volta, passaram no Rio de Janeiro, o rei e a rainha não tinham com que agradecer a eles e disse: “você faça sua divisão de terra, é patrimônio que eu vou assinar pra vocês”.*<sup>36</sup>

Ou ainda de forma mais explícita na fala do vice-cacique Xukuru:

*Olhe a dádiva que da Guerra foi oferecido, dinheiro e ouro. Só que, para os índios, dinheiro e ouro não eram interessantes, interessante era a terra. Aí eles disseram que ao invés de ouro eles queriam uma coisa que nunca se acabasse, que era a terra que estava na mão de algumas pessoas que não deixavam eles trabalhar. Então, eles queriam a terra para eles viverem, os filhos deles viverem e os filhos dos filhos deles. Isso aí foi o pagamento que eles receberam, que eles pediram.*<sup>37</sup>

Questionado sobre qual foi a importância da participação dos seus antepassados na Guerra do Paraguai, o pajé Seu Zequinha, uma das figuras centrais no processo de reconhecimento dos marcos para o trabalho de demarcação do território Xukuru nos anos 1990, afirmou:

*Foi importante porque na época aqui existia uns coronéis, uns capitães, uns tenentes. Só bastava, era o pessoal que podia comprava aquelas patentes de tenente, de capitão, e aí massacrando os índios. Depois que eles vieram, melhorou. Trouxeram os títulos, aí eles não puderam... eles tomavam a terra, eles tomavam, “aqui é meu, é meu e pronto, acabou-se”.*<sup>38</sup>

Compreender o significado das narrativas sobre a Guerra do Paraguai para os Xukuru é compreender a “história de experiências”. Um debruçar sobre essas narrativas possibilita entender como “pessoas

ou grupos efetuaram e elaboraram experiências” (ALBERTI, 2004, p. 25). Essas experiências foram/são marcantes porque foram intensamente vividas. As narrativas do povo Xukuru nos ajudam ainda a “entender como pessoas e grupos experimentaram o passado e torna[m] possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas” (ALBERTI, 2004, p. 26).

Nas pesquisas que realizou em 1979 para o levantamento fundiário na área indígena, a serviço da FUNAI, a antropóloga Delvair Montagner Melatti escreveu em seu relatório o que ouviu dos índios:

*Os caboclos narraram que D. Pedro II, doou quatro léguas em quadro (uma sesmaria), ao Capitão Salazar de Souza, por terem participado na Guerra do Paraguai. Como estava havendo dificuldade em recrutar brasileiros para lutarem na Guerra, o Capitão Salazar, ofereceu alguns índios para participarem dela. Então, 12 (doze) índios entre homens e mulheres foram para o Paraguai. Dentre eles, citaram o Lava-Pé, o Lindóia, as índias Juruta e Cambonja. O sogro do Paulo ainda tem guardado a espada e a estrela que usou durante a Guerra do Paraguai. O título das terras o Imperador deu ao capitão Salazar. O avô do caboclo Paulo enviou os índios Camilo Bezouro e Francisco Luiz de Ó à cidade de Passo de Camaragibe entregar o documento ao Dr. Uchoa de Mendonça, dono do cartório. Este também era dono do engenho Mirim. (Apud ANTUNES, 1985, p. 32).*

Em seu relatório a antropóloga informa ter ouvido que o citado documento nunca foi registrado no Cartório e desapareceu. Os índios afirmavam que ele estava em poder de uma invasora, a matriarca da Família Mendonça, dona de um dos muitos engenhos instalados na área indígena.

Com os permanentes conflitos e diante das ameaças dos posseiros invasores os desalojarem de parte das suas terras, os Wassú irão sempre recorrer à memória para reafirmar seus direitos. Assim, em 1981, a reportagem intitulada “Índios Wassú estão em ‘Pé de guerra’”, publicada pelo jornal *Gazeta de Alagoas*, citava que o cacique José Manuel de Souza afirmava que as terras “a eles foi doada por D. Pedro II, através do Capitão Salazar. A doação, segundo explicou foi uma recompensa pela

bravura de guerreiros da tribo que foram lutar na Guerra do Paraguai”. (Apud ANTUNES, 1985, p. 50). Os Wassú, assim como outros povos indígenas no Nordeste, a exemplo dos Xukuru do Ororubá e dos Fulni-ô, estabelecem em suas leituras uma relação direta entre memórias, história, identidade e direito a suas terras.

O pesquisador francês Michael Pollak, ao discutir as relações entre memória e identidade social, afirmou ser perfeitamente possível que “por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada” (POLLAK, 1992, p. 4).

A partir dos relatos Wassú, é possível entender das leituras que os indígenas fazem sobre a participação de seus antepassados na Guerra do Paraguai, dentre outros prováveis significados, que eles lhes deixaram as terras como herança da vitória na Guerra. Uma conquista transmutada também em uma certeza da vitória, não só dos Wassú, mas igualmente dos atuais Xukuru do Ororubá e dos Fulni-ô, na guerra constituída de muitas batalhas por suas terras, pela reivindicação e reconhecimento de seus direitos históricos, que lhes garante o futuro. Apoiados na memória e na história que compartilham sobre o passado, por meio da releitura que fazem de acontecimentos que escolheram como importantes, esses grupos constroem e reconstróem suas identidades para afirmar seus direitos enquanto povos indígenas.

### Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANTUNES, Clóvis. *Índios de Alagoas: documentário*. Maceió: Edufal, 1984.

\_\_\_\_\_. *Tribo Wassú: os caboclos do Cocal*. Maceió, 1985. Trabalho não publicado.

BARBALHO, Nelson. *Caboclos do Urubá: caminhos e personalidades da história de Pesqueira*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1977.

CARVALHO, Marcus. Clientelismo e contestação: o envolvimento dos índios de Pernambuco nas brigas de brancos da época da Independência. In: AZEVEDO, Francisca L. N. de; MONTEIRO, John M. (Orgs.). *Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 329-342.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões dos pobres nas matas do Tombo Real*. 2. ed. Maceió: Edufal, 2005.

LUCENA FILHO, Márcio. *Pernambuco e a Guerra do Paraguai: o recrutamento e os limites da ordem*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MACIEL, José de Almeida. *Pesqueira e o antigo Termo de Cimbres*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1980. (Obras completas, v. 1).

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 237-249.

NASCIMENTO, Luís do. *Considerações histórico-econômicas acerca das tentativas de colonização agrícola de nacionais, em Pimenteiras (PE) e Leopoldina (AL), 1850-1870*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 1977.

PEREIRA, Flávia Ruas Fernandes. Os Wassú Cocal: um estudo de caso sobre a (re)construção de identidades coletivas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ‘INCLUSÃO SOCIAL E AS PERSPECTIVAS PÓS-ESTRUTURALISTAS DE ANÁLISE SOCIAL’, 2005, Recife. Texto apresentado no GT4 – Etnicidade, Produção da Diversidade e Contenção da Diferença nas Sociedades Contemporâneas.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 3-15, 1992.

SILVA, Edson. *O lugar do índio: conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX – o caso de Escada-PE (1860-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

\_\_\_\_\_. “Confundidos com a massa da população”: o esbulho das terras indígenas no Nordeste do século XIX. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*, Recife, v. 42, n. 46c, p. 17-29, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. “O nosso direito”: conflitos e resistência indígena em Pernambuco no século XIX. In: SILVA, Edson et al. *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: Edufal, 1999. p. 265-279.

\_\_\_\_\_. Memórias Xukuru e Fulni-ô da Guerra do Paraguai. *Ciência em Revista*, São Luís, v. 3, n. 2, p. 51-58, 2005.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

WILSON, Luís. *Ararobá lendária e eterna: notas para a história de Pesqueira*. Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980.

## Notas

<sup>1</sup> Ofício do Diretor Geral dos Índios, em 04/01/1853, ao Diretor Parcial de Cimbres. APE, Cód. DII-10, fl. 15.

<sup>2</sup> Of. do Diretor Geral dos Índios, em 07/05/1853, ao Presidente da Província. APE, Cód. DII-10, fl. 20.

<sup>3</sup> Of. do Diretor Geral dos Índios, em 07/07/1853, ao Pres. da Província. APE, Cód. DII-10, fl. 25.

<sup>4</sup> Aviso do Ministério da Agricultura, em 05/10/1863, ao Pres. da Província. APE, Cód. MA-3, fl. 120.

<sup>5</sup> Of. do Diretor Geral dos Índios, em 03/11/1861, ao Pres. da Província. APE, Cód. DII-19, fls. 31-32.

<sup>6</sup> Requerimento de João Correa Caboré, por Cesário Augusto Peixoto, em Águas Belas, 30/01/1864, ao Vigário da Freguesia de Águas Belas Antônio Eustáquio Alves da Silva. APE, Códice Petições: Índios, fls. 51-52. O “Atestado” do padre acompanha o requerimento.

<sup>7</sup> Requerimento de João Correa Caboré, por Cesário Augusto Peixoto, em Águas Belas, 22/02/1867, ao Diretor Geral dos Índios. APE, Cód. Petições: Índios, fls. 53-57.

<sup>8</sup> Of. do Maioral de Águas Belas, em 23/07/1867, ao Presidente da Província. APE, Cód. DII-19, fls. 117.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

- <sup>10</sup> Of. do Diretor Geral Interino dos Índios Francisco Alves Cavalcanti Camboim, em 04/10/1869, ao Pres. da Província. APE, Cód. DII-19, fl. 147.
- <sup>11</sup> O citado documento encontra-se transcrito no livro inédito *Tribo Wassú: os caboclos de Cocal*, do prof. Clóvis Antunes (p. 12). Sou imensamente grato ao autor, que generosamente me cedeu uma fotocópia dos originais.
- <sup>12</sup> Of. de Pedro de Albuquerque Rodrigues, em 14/08/1876, ao Pres. da Província das Alagoas. Arquivo Público de Alagoas, Diretoria dos Índios, Cód. M.37. E.11, 1844-1863. Transcrito in: ANTUNES, 1985, p. 37-38.
- <sup>13</sup> Of. do Diretor da Aldeia de Barreiros, em 9/4/1865, ao Pres. da Província. APE, Cód. DII-19, fl. 86.
- <sup>14</sup> Quadro com relação dos índios do Urub/Voluntários da Pátria, em 02/04/1865. APE, Cód. DII-19, fl. 83.
- <sup>15</sup> Of. do Diretor Geral dos Índios, em 21/01/1866. APE, Cód. DII-19, fl. 96.
- <sup>16</sup> Requerimento do índio José Carneiro da Cunha, em Cimbres, 08/10/1865, acompanhado de 6 Atestados com firmas reconhecidas. APE, Petições: Índios, fls.73-73v.
- <sup>17</sup> Requerimento do índio Laurentino José Carneiro, em Cimbres, 13/11/1865; Atestado de Joaquim de Almeida Carvalho para Laurentino José Carneiro, em Cimbres, 14/12/1865. APE, Petições: Índios, fl.15.
- <sup>18</sup> Requerimento do índio José Carneiro da Cunha, em Cimbres, 14/12/1865, ao Presidente da Província de Pernambuco. APE, Petições: Índios, fl.17.
- <sup>19</sup> Of. do Diretor Geral dos Índios de Alagoas à Presidência da Província, em Maceió, 30/08/1866. In: ANTUNES, 1984, p. 140-141.
- <sup>20</sup> Ofício do Diretor Geral dos Índios de Alagoas ao Presidente da Província, em Maceió 28/09/1866. In: ANTUNES, 1984, p. 142.
- <sup>21</sup> Pedro Rodrigues Bispo, 72 anos. Pajé Xukuru, conhecido por “Seu Zequinha”. Pesqueira, 29 mar. 2002.
- <sup>22</sup> João Jorge de Melo, 65 anos. Aldeia Sucupira, terra indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira, 30 mar. 2002.
- <sup>23</sup> Idem.
- <sup>24</sup> Malaquias Figueira Ramos, 62 anos. Aldeia Caípe, terra indígena Xukuru do Ororubá, 12 nov. 1996.
- <sup>25</sup> Elpídio de Matos, 88 anos. Depoimento gravado por Edson Silva, na aldeia Fulni-ô, Águas Belas/PE, 08 jul. 1997.
- <sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Of. de Felis Fridirico Soares de Albuquerque Baiano, a rogo de Antonio Joaquim de Souza Salazar, em 12/01/1860. In: ANTUNES, 1985, p. 26-27.

<sup>30</sup> Of. de Jacintho Paes de Mendonça Junior, Diretor dos Índios de Cocal, em Engenho Carrilho, 11/07/1850. In: ANTUNES, 1985, p. 22-23.

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> Of. do Subdelegado do Distrito de Soledade, em 25/07/1864. In: ANTUNES, 1985, p. 22-23.

<sup>33</sup> Of. do Diretor Geral dos Índios ao Pres. da Província de Alagoas em 1864. In, Antunes, p.25.

<sup>34</sup> Of. do Diretor Geral dos Índios ao Pres. da Província de Alagoas, em 1864. In: ANTUNES, 1985, p. 27.

<sup>35</sup> Elpídio de Matos, depoimento citado, grifo nosso.

<sup>36</sup> Durval Ferreira Farias, 84 anos. Bairro Xukurus, Pesqueira, 10 maio 1997. Grifo nosso.

<sup>37</sup> José Barbosa dos Santos, 55 anos, conhecido por “Zé de Santa”. Aldeia Santana, terra Xukuru, 30 mar. 2002. Grifo nosso.

<sup>38</sup> Pedro Rodrigues Bispo, depoimento citado.